

Público vai às compras no domingo

Pelo menos duzentas mil pessoas foram às compras, ontem, quando a grande maioria das lojas situadas nos principais shoppings funcionou normalmente. O cálculo é do presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Lázaro Marques, antecipando que, no próximo domingo, o comércio voltará a abrir para facilitar as compras de milhares de pessoas. Durante todo o dia de ontem, o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Comerciantes travaram uma batalha em torno do funcionamento das lojas. A questão agora retorna à Justiça onde serão celebrados acordos coletivos de trabalho. Somente o ParkShopping recebeu mais de 80 mil pessoas.

A abertura do comércio não chegou a representar um estímulo para os consumidores, que compareceram aos shoppings mais para lançar do que para fazer compras. As árvores, presépios e toda a decoração natalina serviram para distrair os menores, enquanto os pais aproveitavam para dar uma olhada nas vitrines cuidadosamente arrumadas com motivos de natal. Nos bares, cafés e lanchonetes o movimento não parou, mas as lojas estiveram vazias a maior parte do tempo.

No Conjunto Nacional e no ParkShopping o policiamento foi reformado, logo cedo, para evitar ou abafar qualquer desentendimento entre empresários e o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio, como realmente aconteceu. Em ambos os shoppings, a direção

do sindicato esteve empunhando a liminar do juiz Aldir Passarinho Júnior, que decidiu pelo fechamento do comércio aos domingos antes da celebração de um acordo ou convenção coletiva de trabalho.

As lojas abriram ao meio-dia e apenas umas poucas mantiveram suas portas cerradas. O superintendente do ParkShopping, Joel Campannatti, disse que a liminar conseguida pelo sindicato, na Justiça, não atingiu as lojas do shopping porque ela veio da terceira vara, enquanto que a liminar conseguida pelos comerciantes foi deferida pelo Juiz Federal Mário César Ribeiro, da nona vara. Para garantir o funcionamento das lojas até às 20h ele solicitou reforço policial à Secretaria de Segurança, da mesma forma que o sindicato para assegurar o cumprimento da liminar que determinava o fechamento do comércio.

Ele argumentou que os empregados quiseram trabalhar para ganhar mais, e como prêmio teriam folga em 31 de dezembro e na quarta-feira de carnaval, além de pagamento do repouso remunerado em dobro, mais um percentual de comissão sobre as vendas que cada um realizasse. Ele lembrou que o prazo dado pela Justiça para a celebração de um acordo coletivo de trabalho ou convenção termina nesta segunda-feira, e que durante todo o sábado o acordo foi buscado pelo Sindicato do Comércio Varejista, não havendo, porém, a mesma reciprocidade do Sindicato dos Comerciantes.

Movimento superou expectativa

Cerca de 80 mil pessoas estiveram ontem no ParkShopping, segundo informou seu superintendente, Joel Campannatti. “Esperávamos um bom movimento, mas nossa expectativa foi logo superada por um movimento igual ao de um sábado, onde as lojas faturaram bem com a presença maciça dos clientes”, disse ele.

Das 160 lojas do shopping apenas a C&A não abriu suas portas aos consumidores durante o dia de ontem. Para Joel Campannatti imperou a razão na solução do impasse sobre a possível não abertura das lojas. “Todos tiveram bom senso e quem saiu beneficiado foi o consumidor” afirmou o superintendente.

Segundo Campannatti efetiva-

mente está tudo pronto para a abertura do comércio no próximo domingo. “Abriremos no dia 23 e os lojistas já estão devidamente orientados para tanto”, disse. Na interpretação de Campannatti além de amparados pelo decreto presidencial, os lojistas estão juridicamente assistidos pela determinação do governador do DF, Wanderley Vallim, que assegura a abertura do comércio aos domingos até 13 de janeiro. “A única orientação passada aos lojistas para não abrirem suas portas diz respeito aos dias 31 de dezembro, véspera de Ano Novo e 14 de fevereiro, uma quarta-feira de Cinzas. Recomendamos que estes dias sejam utilizados para o descanso dos trabalhadores”, sentenciou.

Comerciário ignora assembleia

O movimento dos comerciantes contra a abertura do comércio no domingo, poderia ter passado despercebido se não fosse a presença do secretário de Segurança Pública, Geraldo Chaves, e do aparato policial solicitado para conter manifestações. A assembleia da categoria marcada para as 10h de ontem contou com a magra presença de 22 comerciantes, número inexpressivo considerando-se que a classe, hoje, é composta por cerca de 60 mil trabalhadores. A decisão tomada na assembleia é de que os manifestantes fariam um trabalho de “convencimento” junto aos comerciantes que estivessem trabalhando. A presença do secretário de Segurança e dos 70 PMs, no entanto, chamou mais atenção do público do que os 22 representantes da categoria.

Geraldo Chaves convidou representantes sindicais e patronais para um café em uma das lanchonetes do Conjunto Nacional e, servindo de mediador, tentava encontrar um acordo entre as partes.

De posse de uma liminar concedida pelo juiz Aldir Passarinho Júnior revogando uma liminar anterior que permitia a abertura do comércio no domingo, os dirigentes sindicais exigiam que as portas das lojas fossem fechadas. A outra parte, no entanto, argumentava que a liminar apenas dizia que os lojistas estavam passíveis de multa e não falava em fechar portas. O juiz foi localizado para explicar a medida, pondo um fim nas diferentes interpretações. Segundo o juiz, o comércio não poderia abrir, mas caberia apenas à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tomar uma atitude em respeito à liminar. A discursão, segundo ele, não caberia ao Judiciário, e sim à esfera administrativa.

Em outras palavras, nem o Secretário nem a polícia deveriam estar discutindo ou tentando interpretar a decisão do juiz. A ordem “fechem

ou autue-se”, caberia apenas à DRT. A partir desse momento, começou a corrida em busca do delegado da DRT, Olavo Silveira de Castro, para que cumprisse a decisão do juiz. Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Raimundo Neves, o delegado da DRT estaria “fugindo” para esquivar-se do cumprimento do dever: “Eu vi no Conjunto Nacional um monte de pacotes de presentes ao dr. Olavo dados pelos lojistas, não sei se ele aceitou, mas é uma forma de comprar a autoridade”, disse o sindicalista. O advogado do sindicato, Jonas Fontinelli de Carvalho, disse que representará contra o delegado da DRT por “prevaricação”.

Enquanto no Conjunto Nacional, as discursões corriam elevando o número de adeptos à causa do fechamento do comércio aos domingos, no Park Shopping e Alameda tudo eram flores. Alheios às discursões o trabalho nos demais locais foi tranquilo e o movimento razoável.

A ordem do secretário Geraldo Chaves ao deixar ontem o CNB foi “evitar tumultos e manter a ordem pública”. Ficou acordado entre a PM e os comerciantes que eles poderiam prosseguir no trabalho de “convencimento” nas lojas, mas não poderiam fazer badernas nem agressões aos que estivessem trabalhando. O movimento transformouse, então, num “apitação”, ou seja, os comerciantes, com apitos na boca, promoveram um barulho que, pelo menos, incomodou a todos.

Os representantes do CNB exibiram ontem documentos de assinaturas de concordância dos empregados em trabalhar no domingo. Em contrapartida, os comerciantes exibiram uma lista bem mais extensa de pessoas contrárias à abertura. Segundo Raimundo Neves, os comerciantes foram obrigados sob ameaça de perderem os empregos, a assinarem o documento do shopping.